

DOCUMENTO FINAL COMO DOCUMENTO DE TRABALHO

COMO PREÂMBULO

1. Realizou-se na data de 11 de Outubro de 2013 na Escola Superior de Hotelaria de Coimbra, sob organização local da provedoria do estudante da Universidade de Coimbra (UC) e da provedoria do estudante do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) o *III ENCONTRO NACIONAL DE PROVEDORES DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR*, público e privado, universitário e politécnico, com a presença de 27 provedores do estudante.
2. Como objetivo geral, em conformidade com o programado, pretendeu o III ENPE: decorrendo das conclusões dos ENPE's precedentes, objetivo de possível criação de estrutura representativa e organizacional simplificada em *Conselho Nacional de Provedores do Estudante do Ensino Superior (CNPEES)* como via de visão/ação concertada entre provedores e com instâncias de *recomendação e conselho* que se cruzam no âmbito da missão da provedoria do estudante do ensino superior a nível nacional.
3. Foi o III ENPE planeado e organizado ao longo do ano por comissão e secretariado local e com apoio do secretariado nacional em torno de um ideário comum, no contexto do acompanhamento do universalizar das provedorias do estudante a nível nacional na base do RJIES, tendo sido todo o programa nas suas diversas fases objeto de auscultação sucessiva e participada por parte dos provedores do estudante.
4. Na Sessão de Abertura tomou a palavra o Reitor da UC, João Gabriel Silva, o Presidente do IPC, Rui Antunes, e a Provedora do Estudante do IPC, Cândida Malça.
5. Como intervenientes para a TERTÚLIA 1 – *PROVEDOR DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR: REALIDADES E DESAFIOS*, moderada pelo Provedor do Estudante da Universidade do Minho, António Paisana, foi convidado o órgão do Provedor de Justiça (representado pela Sr.ª Assessora Catarina Sampaio Ventura), intervindo sobre *o poder da recomendação*, o órgão do Conselho Nacional da Educação (representado pelo Sr. Secretário-Geral, Manuel Miguéns), intervindo sobre *o estado da educação superior*, e o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior (representado pelo Sr. Assessor Ricardo Morgado), intervindo sobre *o desafio das realidades*.

6. Como intervenientes da TERTÚLIA 2 – *OBSERVATÓRIO NACIONAL PROVIDORIAS DO ESTUDANTE: PARTICIPAÇÃO, RESULTADOS E CONCLUSÕES*, destacando-se a participação de 56 instituições respondentes iniciais no Observatório tendo sido 22 os provedores do estudante que responderam ao total do formulário, apresentam-se os resultados da amostra, cabendo esta dinamização à Provedora do Estudante do Instituto Politécnico de Bragança, Augusta Mata, e ao Provedor do Estudante da Universidade de Aveiro, Alexandre Cruz.
7. A TERTÚLIA 3 dedicou-se à reflexão sobre o modelo organizacional pretendido, procedendo-se à análise e debate de documento previamente participado e enviado na linha de representatividade e orientação futura simplificada, agilizada e eficiente, de que neste documento se dará mostra adiante das conclusões aprovadas.
8. Decorrendo do III ENPE, a comissão emite o presente documento final de conclusões que resultam como síntese das ideias fundamentais da iniciativa presente e como observatório nacional em exercício dinâmico, querendo significar documento de trabalho e unidade em projeto, ao qual faz parte integrante o *Observatório* aglutinador dos exercícios locais até à data de 31-08-2013 – na devida salvaguarda das confidencialidades –, sendo enviado a todos os provedores do estudante a nível nacional, presentes ou ausentes no ENPE.

COMO CONCLUSÕES

9. Da **SESSÃO DE ABERTURA** destaca-se dos intervenientes institucionais da UC e do IPC que da experiência já consolidada e do conhecimento concreto resulta a mais-valia pela ação positiva que tem sido o papel do Provedor do Estudante na vivência institucional: pragmático; pedagógico – com estudantes, professores e instituição – e cívico.
10. Existindo situações naturalmente em que o confronto que sucede diante de perspetivas diversificadas e divergências, que podem potenciar por vezes o conflito, a ação de mediação do Provedor do Estudante neste contexto é também uma oportunidade saudável para a compreensão das problemáticas e o encontrar de soluções para se chegar aos melhores entendimentos, havendo já um histórico muito satisfatório de abordagem e tratamento adequado de situações pelo Provedor do Estudante.
11. Na proposta de alteração do RJES em processo, considera relevante o Regime Jurídico atender a uma maior abertura para a consolidação da função do Provedor do Estudante, vendo como favorável a sua participação no processo de Avaliação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior, agilizando a partir de ocorrências os convenientes procedimentos, o que representa por si – com a adequada metodologia – impulso de desburocratização do sistema na atenção essencial à pessoa do estudante para um serviço de qualidade.

12. Realça-se que o Provedor do Estudante, consequentemente, deve fazer parte dos sistemas de qualidade, o que se justifica pela imparcialidade, isenção, autonomia e independência que possui relativamente à administração e à gestão, implicando assim uma maior transparência.
13. Pela sua ação de intervenção recomendatória, necessariamente a ação do Provedor do Estudante, a partir da casuística que cresce para a tipologia de problemáticas, desafia a estrutura para a auto-análise e reflexão coletiva sobre os principais problemas existentes na linha da melhoria da qualidade da organização e desempenho pois que o provedor, chegando-lhe toda a diversidade de ocorrências, consegue ser aglutinador congregando visão de conjunto sobre todas as áreas institucionais na perspetiva do funcionamento ao serviço dos estudantes, tendo nesta linha um papel fundamental.
14. Na **TERTÚLIA 1**, no respeitante à comunicação **o poder da recomendação**, salienta-se a experiência do Provedor de Justiça, órgão com 38 anos de existência e que surge como representante dos interesses de outros órgãos do Estado: independente, de controlo não jurisdicional e que fica de fora da dimensão política.
15. Realça-se que o Provedor de Justiça no desempenho das suas funções pode ter iniciativa própria, mas trabalha fundamentalmente com as participações (queixas, reclamações, petições) que os cidadãos manifestam no exercício do seu direito constitucional, exercendo assim o seu papel de cidadania.
16. Sendo pois uma ação plurifuncional desta figura do Provedor de Justiça, que foi criada para colmatar ou complementar as deficiências dos sistemas de controlo, a materialização dos seus deveres acontece num espaço próprio e atua no quadro da defesa dos direitos e deveres fundamentais: poder da regulação legislativa e poder de fiscalização da constitucionalidade.
17. Salienta-se que o *poder da recomendação* é um elemento que faz parte do código genético do Provedor de Justiça, ou seja: implica poder de controlo dos poderes públicos em conformidade com a *Constituição da República Portuguesa*, atuando para *prevenir* e/ou *reparar* injustiças, podendo também promover e manifestar as alterações que se avizinham necessárias e importantes, zelando pela sua ação responder à equidade de práticas com os cidadãos.
18. Clarifica-se que a *recomendação* vai mais além da emissão de um parecer e consubstancia procedimentos de atuação, pois que a *recomendação* é facultativa, não tem um carácter vinculativo, integra um valor ético que visa a justiça e que pode convencer por si mesmo. Nesta linha, as *recomendações* podem ser: *normativas* – revelam insuficiências na legislação; *não normativas* – incidências administrativas.
19. Nos procedimentos relativos à *recomendação*, elaborada pelo Provedor de Justiça, existe a obrigatoriedade de destinatário, ou seja: a quem esta é dirigida não a poder ignorar e ter de responder ao seu conteúdo, sendo este espaço

aberto muito importante, permitindo múltiplas vezes a resolução do problema que está na base de *recomendação*.

20. Concretiza-se que o papel do Provedor de Justiça é de sentido interventivo mas meramente recomendatório, questionando-se se dá este aspeto uma fragilidade à sua ação ou, pelo contrário, resulta numa força da sua missão. Neste enquadramento fundamenta-se que o *poder da recomendação* é uma força à sua ação desde que: 1. a fundamentação seja forte e bem elaborada tecnicamente; 2. haja absoluta disponibilidade de escuta sobre a queixa apresentada; 3. manifeste pró-atividade, ser cooperante, persuasivo e reflexivo; 4. exista equidistância, distanciamento para agir com justiça e racionalidade; 5. tenha poderes de investigação, embora informal mas cuidadoso e com conhecimento de causa.
21. O Provedor de Justiça tem uma importante função de pacificação e o procedimento de investigação pode e deve gerar um diálogo de confiança e de sinal construtivo, sendo que o acatamento voluntário da *recomendação* por parte dos destinatários acontece ao longo do processo configurando-o, assim, mais transparente e compreendido.
22. Concluindo a reflexão sobre o *poder da recomendação*, considera-se que a ideia subjacente à atuação do Provedor de Justiça está em produzir um importante impacto na dinâmica das instituições e da sociedade em que, no jogo complexo da intervenção, «o Provedor não legisla, não governa, não julga mas faz coisa diferente e é sua missão ir mais além e mais fundo. O Provedor sugere melhores práticas, pode recomendar, com cautela e ponderação, alterações legislativas, atua onde os direitos fundamentais atinentes à vida, à liberdade, à honra e à integridade física são postos em causa ou ofendidos», conforme refere o Sr. Provedor de Justiça, José de Faria Costa [em artigo *Razões de uma razão (II)*, publicado no *Diário de Notícias* a 7 de Outubro de 2013].
23. A intervenção acerca d’o **estado da Educação Superior**, é oportunidade para o conhecimento da identidade e missão do *Conselho Nacional da Educação* (CNE), salientando-se a ampla abrangência na exposição das suas características, composição, missão e orientação deste órgão consultivo da Assembleia da República e do Governo, independente, cujo presidente é eleito no Parlamento, sendo composto por múltiplos membros que o integram: uma participação de representação social, económica e cultural, e especialistas e peritos na área da educação.
24. A sua ação compreende várias dinâmicas nomeadamente: 1. estudos, seminários e colóquios; 2. pareceres e recomendações (a pedido do Governo e Parlamento ou por iniciativa própria); 3. promover o debate informado; 4. elaboração do relatório *Estado da Educação*; 5. participar na cooperação europeia e internacional – EUNEC.
25. Anota-se que através dos três últimos relatórios sobre o *Estado da Educação*, 2010, 2011 e 2012, é possível compreender que no presente são melhores as condições na Educação sendo fiável observar-se alterações profundas.

26. No respeitante à rede do Ensino Superior existem atualmente um total de 133 Instituições deste nível de Ensino, sendo 41 da rede pública e 92 estabelecimentos da rede privada.
27. Os avanços no Ensino Superior consagram: 1. uma evolução das taxas de escolarização no Ensino Superior por idades, registando-se uma melhoria muito significativa na última década; 2. o alargamento da oferta no âmbito da especialização tecnológica por institutos de Ensino Superior, sobretudo o Ensino Politécnico; 3. diversificação da oferta de formação.
28. Quanto aos problemas e desafios que se colocam ao Ensino Superior destacam-se os seguintes: 1. racionalização da rede do ensino Superior; 2. desenvolvimento dos sistemas de garantia da qualidade e acreditação; 3. a quantificação/monitorização do abandono dos estudantes do prosseguimento de estudos; 4. existência de desequilíbrios entre a oferta e a procura; 5. constatação de elevado número de vagas por preencher que soa a alarme; 6. taxa de conclusão do Ensino Secundário (nº de diplomados/total inscritos: 63% científico-humanísticos; 67% tecnológicos; 74% artísticos e 70% profissionais); 6. boa resolução na democratização de acesso ao Ensino Superior (Politécnicos nas capitais de distrito, Privados e novas Universidades; 7. a diversidade na conclusão do Ensino Secundário tem de ser acompanhada pela diversidade no Ensino Superior; 8. o ano terminal do Ensino Secundário sugere crescentemente trabalho conjunto com o Ensino Superior, favorecendo e recomendando-se esta articulação; 9. ponderação sobre exames de acesso ao Ensino Superior; 10. abertura a novos públicos.
29. Algumas considerações abertas sobre a rede das instituições de Ensino Superior e a oferta formativa: 1. o sistema de Ensino Superior tal como existe tem dificuldades em dar um *saldo* qualitativo que a todos parece indispensável; 2. reforçar a valorização da massa crítica e dispersão de oferta a redimensionar; 3. experiências internacionais: associações, consórcios e fusões; 4. exemplos de Associações em Portugal; 5. pacto das instituições com os responsáveis políticos para racionalização da rede em cinco anos; 6. cursos de acreditação com envolvimento futuro de patamares mais elevados de qualidade.
30. Algumas ponderações abertas no respeitante aos aspetos críticos do Ensino Superior: 1. fazem todos o mesmo sendo este o *pecado original* do Ensino Politécnico; 2. necessidade de diversidade na organização institucional; 3. importante diferenciação da oferta formativa; 4. criação de identidade e singularidade; 5. áreas de especialização e excelência; 6. diversidade no Ensino Secundário e diversidade no Ensino Superior; 7. cada instituição ser capaz de afirmar as suas áreas de excelência; 8. *In-breeding*.
31. Algumas questões abertas relativas ao financiamento do Ensino Superior: 1. perante a situação económica atual devemos perguntar: *o que é que o país pode pagar?* 2. observação de claros desajustes em relação à realidade das instituições; 3. distribuição de um *plafond* por número de estudantes; 4. fórmulas de épocas de expansão do sistema; 5. ponderar o peso para o Estado,

instituições e estudantes; 6. financiamento plurianual com base em contratos-programa; 7. pensar a parcela que corresponde às propinas para o orçamento dos estudantes.

32. Algumas notas acerca da relação do Ensino Superior com a empregabilidade: 1. importa considerar e trabalhar a ligação das instituições do Ensino Superior às empresas, ao tecido empresarial: empresas e R&D; 2. interessa otimizar a articulação ao tecido social e ao desenvolvimento regional; 3. Não sendo o Ensino Superior “agência de emprego”, devemos observar a qualidade e relevância das formações para o mercado de trabalho e refletir o abandono dos estudantes no Ensino Superior, cuja taxa é superior a 36%.
33. Concluindo a reflexão sobre *o estado da educação superior*, sublinha-se a necessidade de reflexão contínua sobre o futuro por parte das instituições, o otimizar de informação mais clara e transparente e o dever de informar candidatos, estudantes e sociedade, quanto: 1. aos cursos e respetiva acreditação; 2. às saídas profissionais; 3. aos currículos e ensino; 4. às taxas de reprovação; 5. aos níveis de abandono e de empregabilidade.
34. Versando sobre ***o desafio da realidade***, a comunicação da Secretaria de Estado do Ensino Superior começou por fazer referência ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, cujo artigo 25º legitima a figura do Provedor do Estudante, procedendo-se a algumas considerações sobre o seu papel e atribuições que se encontram nos termos fixados pelos estatutos e regulamentos nas várias Instituições.
35. Nesta configuração regista-se como importante o papel do Provedor do Estudante como sendo de prevenção e mediação dos conflitos, promotor da negociação e cuja ação se pode situar numa dimensão denominada “*poder brando*”, no sentido da sua atitude estar em fundamentalmente acompanhar e moderar as problemáticas em apreço, realçando-se que o poder do Provedor do Estudante está em caminhar no sentido da justiça e de encontrar alternativas declarando que este deve: 1. desenvolver cultura de justiça e de equidade; 2. saber ouvir, saber informar e partilhar boas práticas; 3. contribuir para a transparência na intervenção junto dos diversos serviços; 4. possuir um papel vital na questão do abandono escolar.
36. Concluindo, é referenciado que o Provedor do Estudante tem um papel essencial no repensar reafirmando a importância da sua própria atividade, propondo-se o seu contributo na proposta de alterações ao RJES em discussão, no sentido de recomendar novas competências provindas da observação da relevância do seu papel na intervenção e monitorização das problemáticas do Ensino Superior, constando em **ANEXO 2** do presente documento o parecer dos provedores relativo à proposta de alteração do art.º 25.º do RJES.
37. Em ***debate aberto*** salienta-se que o Provedor de Justiça resulta como analogia para a aprendizagem do Provedor do Estudante; problematiza-se o nível de qualificação desta geração e a democratização do Ensino Superior que deve estabelecer e implementar uma verdadeira aposta na qualidade; destacam-se

as implicações positivas já reconhecidas que pode ter o poder recomendatório do Provedor do Estudante, todavia reclamando-se mais eficácia contextualizada (mas prudente) na divulgação da existência do órgão; considera-se fundamental para a publicitação do órgão do Provedor do Estudante a divulgação dos relatórios efetuados e do trabalho desenvolvido, sendo conveniente a divulgação do Provedor do Estudante junto dos estudantes logo no início do ano letivo e considerando-se pertinente que a sua divulgação de atividade reflita ainda participação nas redes sociais; toma-se conhecimento da Rede Europeia na qual a Provedoria da Justiça está integrada, sendo liderada pelo Provedor de Justiça Europeu e funcionando como um mecanismo informal de ligação aos vários provedores de justiça resultando fórum interativo e liderante de algumas ações; referencia o CNE que na sua missão coopera com outras entidades a nível nacional e internacional, nomeadamente estando ligado e participante na *Rede Europeia dos Conselhos Nacionais de Educação – EUNEC*.

38. Na **TERTÚLIA 2** dedicada ao **Observatório Nacional Provedorias do Estudante – Participação, Resultados e Conclusões** procurou-se desenvolver, com base nos dados recolhidos pelo formulário disponibilizado a todos os provedores do estudante, um retrato do exercício das provedorias do estudante, informação que consta como **ANEXO** integrante ao presente documento final, recomendando-se entretanto a revisão simplificada do formulário para o IV ENPE. Destaca-se que o observatório tem sido um contributo valioso para a harmonização de compreensão da missão de Provedor do Estudante, das suas tipologias de atuação e intervenção e de que resulta como um contributo de acompanhamento do desenvolvimento das provedorias do estudante.

39. **CARATERIZAÇÃO DO EXERCÍCIO NA BASE DO ACUMULADO DA EXPERIÊNCIA:**

- a) 3 PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO: informalidade; confidencialidade; contraditório.
- b) 20 CARATERÍSTICAS PESSOAIS COMUNS: adaptabilidade; disponibilidade/ouvidor (especial relevância às estruturas e problemáticas estudantis); comunicação/diálogo; paciência; criatividade; firmeza; bom-senso; objetividade; discricção; visibilidade; persistência; proatividade; influência (magistratura de influência); autonomia; solidão; aceitação; credibilidade; independência; liberdade; confidencialidade.
- c) 4 TIPOLOGIAS DE CASOS/PROCESSOS IDENTIFICADOS: académico-administrativa; pedagógica; ação social; pessoal; outros.
- d) 8 DESAFIOS INTEGRADOS AO PROVIDOR DO ESTUDANTE:
 - SER observatório interativo e preventivo;
 - (PRO)MOVER a personalização da ação/serviços;
 - OBSERVAR a qualidade de procedimentos;
 - ATUAR na intermediação e cooperação;
 - DINAMIZAR proatividade cultural e cívica;
 - DESENVOLVER jurisprudência prospetiva;
 - GERAR visão de conjunto e comunidade;
 - ACOLHER o tesouro da confidencialidade.

COMO PLANEAMENTO

40. Sendo a **TERTÚLIA 3** do III ENPE dedicada à reflexão sobre o modelo organizacional a prosseguir em ordem ao futuro, sugere-se o enquadramento da ação do Provedor do Estudante num olhar sistémico, partindo do particular/individual/casuístico para o global/coletivo/tipológico.
41. Para a adequada organização e funcionamento, em conformidade, aprova-se no III ENPE a representatividade dos quatro setores de instituições de Ensino Superior na **COMISSÃO ORGANIZADORA DO IV ENPE**: 1. Ensino Superior Universitário Público; 2. Ensino Superior Politécnico Público; 3. Ensino Superior Universitário Privado; 4. Ensino Superior Politécnico Privado.
42. Para o exercício 2013-2014, do III ENPE ao IV ENPE, aprova-se a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO IV ENPE**:
1. **SETOR: PROVEDOR DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (ES) UNIVERSITÁRIO PÚBLICO**: António Paisana, Provedor do Estudante da Universidade do Minho;
 2. **SETOR: PROVEDOR DO ESTUDANTE DO ES POLITÉCNICO PÚBLICO**: Augusta Mata, Provedora do Estudante do Instituto Politécnico de Bragança;
 3. **SETOR: PROVEDOR DO ESTUDANTE DO ES UNIVERSITÁRIO PRIVADO**: Maria do Rosário Braga da Cruz, Provedora do Estudante da Universidade Europeia;
 4. **SETOR: PROVEDOR DO ESTUDANTE DO ES POLITÉCNICO PRIVADO**: Orquídea Campos, Provedora do Estudante do Instituto Piaget.
43. Adota-se um modelo organizacional funcional e flexível em face da realidade polivalente, garantindo-se uma estrutura simplificada, plural e representativa das diversidades existentes, numa focalização essencialmente preparatória para o IV ENPE. Entretanto, caso verificação de matérias pertinentes no quadro do exercício da missão ao longo do ano, do local ao tipológico nacional, a *Comissão Organizadora do IV ENPE* em articulação com o *Secretariado Nacional* farão a gestão, caso a caso, de problemáticas e matérias a merecerem atenção coletiva as quais poderão ainda informar a orientação temática do IV ENPE.
44. Podendo existir encontros de cariz local ou regional ao longo do ano académico, todavia como meta estratégica de coesão identitária nacional mantem-se a realização do ENPE, estando para 31 de Outubro de 2014 agendado o IV ENPE a realizar na Universidade do Minho.
45. Por natural enquadramento organizacional, considera-se a presidência da comissão legitimada dever corresponder ao Provedor do Estudante da sede acolhedora do ENPE subsequente, sendo esse Provedor do Estudante pertencente à *Comissão Organizadora do IV ENPE* e por inerência assumindo a função de presidência, aprovando-se para o exercício 2013-2014 – do III ENPE ao IV ENPE – como presidente da **COMISSÃO ORGANIZADORA DO IV ENPE O PROVEDOR DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE DO MINHO, ANTÓNIO PAISANA**.
46. Como *Secretário Nacional*, aprova-se a continuidade da função no Provedor do Estudante da Universidade de Aveiro, Alexandre Cruz.

47. OBSERVATÓRIO NACIONAL: para o IV ENPE 2014 dar-se-á continuidade à revisão simplificada do formulário de *Observatório* que refletirá o desenvolvimento das provedorias do estudante em termos nacionais à data de 31-08-2014.
48. SECRETARIADOS:
- 1. *SECRETARIADO LOCAL IV ENPE 2014 – SEDEADO NA UNIVERSIDADE DO MINHO*: no quadro da realização do IV ENPE na Universidade do Minho, é criado o secretariado local assegurado pela Provedoria do Estudante da Universidade do Minho, competindo-lhe a gestão do processo organizacional do encontro nacional.
 - 2. *SECRETARIADO NACIONAL – SEDEADO NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO*: competências: a) atualização e envio periódico de dados e contactos nacionais promovendo a dinâmica de rede; b) articulação com a Comissão Organizadora IV ENPE e o respetivo Secretariado em tudo o conveniente à boa prossecução dos objetivos de eficácia e qualidade de realizações/projetos em desenvolvimento; c) gestão do Observatório Nacional em cooperação com a Comissão Organizadora IV ENPE; d) envio a todos os provedores da documentação final ENPE previamente aprovada em Comissão Organizadora ENPE e auscultada a nível nacional; e) em termos documentais, recolha bibliográfica nacional e internacional da área de intervenção da provedoria do estudante; f) outros em aberto e em articulação com a Comissão Organizadora ENPE, mediante o desenvolvimento.
49. Em termos de despesas do ENPE, aprova-se o modelo praticado, considerando-se serem as despesas de representação assumidas por cada provedor/entidade participante em determinada iniciativa, sendo as despesas da organização logística local assumidas pela instituição que acolhe o ENPE.
50. Considere-se o presente *DOCUMENTO FINAL III ENPE COMO DOCUMENTO DE TRABALHO* querendo significar um referencial do percurso aberto que os provedores do estudante vêm desenvolvendo em termos de dinâmica nacional, resultando simultaneamente como comunicação entre todos os provedores do estudante.

CONSIDERAÇÕES ORGANIZACIONAIS

a) SEQUENCIAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS NACIONAIS:

- 2014: Universidade do Minho.
- 2015: Universidade Europeia.
- No IV ENPE proceder-se-á a calendarização sequencial.
- DATA: regista-se a manifestação preferencial para Outubro (2.ª sexta).

b) *ITINERÁRIO 2013-2014:*

- 1.^a META: até 31 Dezembro: elaboração participada com auscultação nacional da revisão do formulário do *Observatório* para IV ENPE.
- 2.^a META: até 31 Março 2014: elaboração participada da organização temática/programa do IV ENPE.
- 3.^a META: até 30 Junho 2014: confirmações e procedimentos de organização e abertura de inscrições pelo Secretariado local IV ENPE.
- 4.^a META: até 30 Setembro 2014 (1 mês antes): data limite de inscrições IV ENPE para Secretariado IV ENPE.
- 5.^a META: até 30 Setembro 2014: data limite da submissão do *Observatório*.
- 6.^a META: realização do IV ENPE (UM: 31-10-2014).

c) *MEMORANDO DO PERCURSO HISTÓRICO-ORGANIZACIONAL*

Abrindo-se o Encontro Nacional de Provedores de Estudante do I ENPE para o II ENPE à participação de toda a rede no âmbito da DGES, contando o II ENPE com intervenção da *Defensora de La Comunidad Universitaria de León* [tendo Espanha um modelo associativo neste contexto], foi explícita no II ENPE alguma vontade na dinâmica agregadora em *associação* para a nossa realidade portuguesa, ao que – para garantia de simplificação, informalidade e agilização, e por semelhança às estruturas CRUP e CCISP no âmbito do Ensino Superior nacional – optou-se pela realização de estudo e proposta para a possibilidade de criação no III ENPE de *Conselho Nacional de Provedores do Estudante (CNPEES)*, conforme constante em documento final II ENPE, cuja finalidade resultaria em preparação do Encontro Nacional subsequente e ainda na abertura de agenda para além deste, podendo abrir campos de reflexão/ação em domínios considerados pertinentes na resultante do *Observatório* e no acompanhamento da atualidade do universo estudantil do Ensino Superior. Após elaboração e reflexão participada em documento de trabalho preparatório CNPEES nos meses precedentes, conclusivamente resulta do III ENPE a aprovação da representatividade dos quatro setores de Ensino Superior não em modelo organizacional de *Conselho Nacional* nem *Coordenação Nacional* mas de *Comissão Organizadora do IV ENPE*, continuando-se neste Encontro Nacional a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento pretendido.

III ENPE – 11 de Outubro 2013,
Escola Superior de Hotelaria de Coimbra.
de organização local da Provedoria do Estudante da Universidade de Coimbra
e da Provedoria do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra.

Enviado aos provedores do estudante a 28-11-2013.
Enviado para conhecimento à Secretaria de Estado do Ensino Superior.
Enviado para conhecimento ao CRUP e ao CCISP.

ANEXO 1

PARA A NECESSÁRIA MEMÓRIA E CONTINUIDADE ENPE DO ENSINO SUPERIOR

NOTA FUNDACIONAL

A figura do Provedor do Estudante decorre do *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)* que, à semelhança do que acontece em termos europeus e globais, assim instituiu o órgão do Provedor do Estudante no ano de 2007 (RJIES, art.º 25.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro) como entidade que – nos pressupostos da independência, isenção e liberdade – exerce a mediação na garantia de salvaguarda dos direitos e interesses legítimos dos estudantes, a par da adequada promoção das correspondentes e inalienáveis responsabilidades, uma atuação no geral normalizada conforme os regulamentos e estatutos próprios aprovados localmente.

I ENPE 16-09-2011

- a) Realizou-se na data de 16 de Setembro de 2011 na Universidade de Aveiro o *I ENCONTRO NACIONAL DE PROVEDORES DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO*, universitário e politécnico, com a presença de 22 provedores do estudante dos 33 designados à data no quadro das instituições do universo CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e CCISP (Conselho de Coordenação dos Institutos Superiores Politécnicos).
- b) Na Sessão de Abertura tomou a palavra o Reitor da Universidade de Aveiro, Manuel António Assunção, o Presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro, Tiago Alves, e o Provedor do Estudante da Universidade de Aveiro, Alexandre Cruz.
- c) Como intervenientes para a TERTÚLIA 1 – *DAR SENTIDO: numa sociedade e escola de direitos e deveres, aprender da identidade e missão da provedoria de justiça*, moderada pelo Provedor do Estudante da Universidade de Évora, Afonso Almeida, foram convidados pela comissão organizadora o Provedor de Justiça, Juiz-Conselheiro Alfredo José de Sousa e o Constitucionalista Pedro Bacelar de Vasconcelos.
- d) Como intervenientes para a TERTÚLIA 2 – *COMPREENDER A ACÇÃO: decorrendo do RJIES e da experiência, o que esperar da provedoria do estudante?*, moderada pela Provedora do Estudante do Instituto Politécnico de Bragança, Augusta Mata, foram convidados pela comissão organizadora: o Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho, Luís Rodrigues; em representação dos estudantes do Ensino Superior Politécnico, por delegação do presidente da FNAESP, Pedro Rui Branco; Hélder Castanheira, Administrador para a Acção Social da Universidade de Aveiro; em representação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), por delegação do presidente do CCISP, Rui Jorge da Silva Antunes; em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), por delegação do presidente do CRUP, João António de Sampaio Queiroz.
- e) Como intervenientes da TERTÚLIA 3 – *SESSÃO DOS PROVEDORES, CONCLUSÕES E DOCUMENTO FINAL COMO DOCUMENTO DE TRABALHO*, foram intervenientes o Provedor do Estudante da Universidade da Madeira, Luis Sena Lino, a Provedora do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra, Cândida Malça, e o Provedor do Estudante da Universidade de Aveiro, Alexandre Cruz.

II ENPE 12-10-2012

- a) Realizou-se na data de 12 de Outubro de 2012 no Instituto Politécnico de Bragança (IPB) o *II ENCONTRO NACIONAL DE PROVEDORES DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR*, público e privado, universitário e politécnico, com a presença de 27 provedores do estudante do quadro das instituições do universo DGES (Direção Geral do Ensino Superior).
- b) Na Sessão de Abertura tomou a palavra o Presidente do IPB, João Alberto Sobrinho Teixeira, o Presidente da Associação Académica do IPB, Luis Carlos Dias, o Presidente do Conselho Geral do IPB, Dionísio Gonçalves, e a Provedora do Estudante do IPB, Augusta Mata.
- c) Como intervenientes para a TERTÚLIA 1 – *HORIZONTE IBÉRICO: no contexto global da era da mobilidade estudantil, aprender da experiência de provedor do ensino superior espanhol*, moderada pelo Provedor do Estudante da Universidade de Évora, foi convidada a *Defensora de La Comunidad Universitaria de León*, Marta Elena Alonso de la Varga.
- d) Como intervenientes para a TERTÚLIA 2 – *UNIVERSO NACIONAL: exercício e enquadramento, projeção e expectativa da provedoria do estudante do ensino superior, do nível local ao nacional*, moderada pela Provedora do Estudante do Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa, Maria do Rosário Braga da Cruz, foram convidados pela comissão organizadora: o Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), João Alberto Sobrinho Teixeira, e o Provedor do Estudante da Universidade de Coimbra, Rogério Pereira Leal.
- e) Como intervenientes da TERTÚLIA 3 – *OBSERVATÓRIO E CONCLUSÕES COMO DOCUMENTO DE TRABALHO*, onde foram apresentados os resultados da amostra de observatório de 25 instituições participantes, foram intervenientes a Provedora do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra, Cândida Malça e o Provedor do Estudante da Universidade de Aveiro, Alexandre Cruz.

III ENPE 11-10-2013

Informação a transitar para este anexo em documento de próximo ano na base do constante no preâmbulo do presente documento final III ENPE.

ANEXO 2

PARECER DOS PROVIDORES DO ESTUDANTE RELATIVO À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO RJIES – REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO RESPEITANTE AO ART.º 25.º.

No contexto de reflexão dos provedores do estudante e de solicitação pelo Sr. Assessor da Secretaria de Estado do Ensino Superior participante no III ENPE, Coimbra 11-10-2013, Dr. Ricardo Morgado, emite-se esta nota de parecer relativamente à proposta de alteração do RJIES no seu artigo 25.º, no respeitante ao órgão do provedor do estudante:

a) RJIES – Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro

ARTIGO 25.º – PROVIDOR DO ESTUDANTE: Em cada instituição de ensino superior existe, nos termos fixados pelos seus estatutos, um provedor do estudante, cuja ação se desenvolve em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços da instituição, designadamente com os conselhos pedagógicos, bem como com as suas unidades orgânicas.

b) Proposta de alteração ao RJIES:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º ...

Artigo 25.º

[...]

1 – Em cada instituição de ensino superior existe, nos termos fixados pelos seus estatutos, um provedor do estudante, cuja ação se desenvolve em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços da instituição, designadamente com os conselhos pedagógicos, bem como com as suas unidades orgânicas.

2 – O provedor do estudante deve ser escolhido de entre personalidades com experiência relevante do funcionamento das instituições de ensino superior, não podendo ser estudante da respetiva instituição.

3 – A duração máxima do exercício das funções de provedor do estudante é de 10 anos.

4 – O exercício do mandato de provedor do estudante é incompatível com a titularidade de um órgão de governo ou de gestão de qualquer instituição de ensino superior ou unidade orgânica.

5 – Ao provedor do estudante compete, designadamente:

- a) Apreciar as participações, queixas e petições que lhe sejam submetidas pelos estudantes da instituição, nomeadamente sobre questões pedagógicas ou da ação social, e emitir recomendações sobre aquelas aos órgãos e serviços da instituição;*
- b) Emitir parecer sobre quaisquer matérias relacionadas com a sua atividade, por iniciativa própria ou por solicitação do conselho geral, do reitor ou presidente e dos diretores das unidades orgânicas ou de outros órgãos da instituição;*
- c) Emitir recomendações e fazer propostas de elaboração de novos regulamentos ou de alteração dos regulamentos em vigor, tendo em vista acautelar os interesses dos estudantes, nomeadamente no domínio pedagógico e da ação social escolar;*

- d) *Recomendar ações a desenvolver para a melhoria da qualidade do processo educativo;*
- e) *Contribuir para a elaboração e atualização do regulamento disciplinar e do código de conduta dos estudantes;*
- f) *Efetuar visitas a serviços da instituição, ouvindo os respetivos responsáveis, pedindo informações e a exibição de documentos que entenda convenientes ou necessários;*
- g) *Promover contactos e trocas de informação com os Provedores de outras instituições;*
- h) *Elaborar um relatório anual sobre o insucesso e o abandono escolares na instituição, propondo medidas para a sua prevenção e avaliando o impacto de medidas anteriormente propostas;*
- i) *Elaborar anualmente um relatório de atividades a apresentar aos órgãos da instituição e ao membro do Governo responsável pela área do ensino superior, que deve ser objeto de publicação no sítio na Internet da instituição.*

6 – O provedor do estudante desenvolve a sua ação em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços da instituição, designadamente com os conselhos pedagógicos, bem como com as suas unidades orgânicas.

c) Parecer dos Provedores do Estudante emitido no III ENPE sobre a proposta de alteração do RJIES no respeitante ao órgão do Provedor do Estudante:

SUMÁRIO: perspetivando em alguns domínios a proposta uma redefinição da identidade e missão do órgão do Provedor do Estudante, todo um conjunto de competências referenciadas são presente preocupação-ação do provedor; todavia recomendar-se-ia (1.º) uma sequenciação mais metódica/lógica do art.º 25.º do RJIES e especialmente (2.º) uma exposição em Lei que se situasse mais na generalidade, mantendo desse modo atualidade e capacidade de adequação à diversificação das autonomias institucionais locais.

1. À partida, como pano de fundo, denota-se a ausência explícita do pilar de atuação central que salvaguarda a autonomia essencial do exercício, um conceito presente na generalidade dos regulamentos do Provedor do Estudante a nível nacional aprovados localmente: «*O Provedor do Estudante exerce a sua atividade com total independência, isenção e liberdade*». Recomendar-se-ia esta inclusão na proposta.
2. Entrando na análise detalhada, vem a proposta de alteração ao RJIES no referente ao seu art.º 25 (Provedor do Estudante), reiterar a base da *natureza* pré-existente na Lei 62/2007 (n.º 1 e 6 da proposta) e desenvolver alguns elementos nomeadamente de *designação* e especialmente de *competências* do órgão do Provedor do Estudante.
3. Em termos de *designação*: salientando a proposta RJIES a incompatibilidade com o ser estudante (n.º 2) ou a titularidade de órgão (n.º 4), do mesmo modo, tanto quanto possível, recomendar-se-ia a incompatibilidade com a função docente em exercício, naturalmente na salvaguarda das realidades e

possibilidades institucionais face à organização e funcionalidade para a garantia de uma ação explicitamente isenta e imparcial, essência da própria natureza do provedor, onde a designação de personalidade independente mas conhecedora do meio académico poderá ser designação situada neste contexto, em matéria onde a diversidade da autonomia local presidirá.

4. Em termos de *competências* (n.º 5): a proposta entra em detalhes mais típicos de regulamentação desenvolvendo domínios de ação de aprovação local na adequação a cada realidade institucional, abarcando em determinadas matérias domínios abrangentes (n.º 5 c), d), e), f) e h)) sendo preferível em termos gerais o nortear do exercício na linha da gestão da cooperação de interesses ao serviço do estudante e do trabalho em rede de colaboração com os vários organismos institucionais.
5. Como exemplo, a elaboração de «*relatório anual sobre o insucesso e o abandono escolares*» (n.º 5, h)), para além da exigência de estrutura adequada para o efeito, parece-nos de não atribuição diretamente ao Provedor do Estudante desta competência, mas resultando eminentemente de trabalho em rede institucional académica e pedagógica, até porque a realidade que lhe chega não consegue ser a realidade total institucional, parecendo-nos, pois, preferível – nunca comprometendo a independência do órgão da provedoria – vincular a presença/pertença do órgão do Provedor do Estudante à estrutura e dinâmicas existentes de observatório, prevenção, supervisão, avaliação e qualidade institucional no respeitante ao melhor serviço a prestar ao estudante.
6. Considerando suficiente a garantia de cooperação de todos os organismos institucionais e nesse entendimento as “*visitas*” terão natural enquadramento, todavia parece o perfil da intervenção proposto no n.º 5 f) ter um enquadramento novo situando-se num quadro de auditoria e abrindo o órgão a domínios para além de provedor do estudante (a provedor de instituição?).
7. Do mesmo modo está prevista localmente a apreciação das participações (n.º 5 a)) assim como o relatório anual de atividade (n.º 5 i)), todavia seria de dar preferência não tanto à apresentação deste relatório diretamente «*ao membro do governo*» (n.º 5 i)) mas como prática generalizada local ao máximo responsável institucional, podendo entretanto a nível nacional no contexto dos encontros nacionais de provedores do estudante (n.º 5 g), sob orientação da *Comissão Organizadora do Encontro Nacional*, dar-se a sequência considerada mais conveniente em termos sistémicos dos resultados obtidos no observatório nacional resultante do somatório das realidades locais.
8. Em termos do constante no n.º 5 g), propõe-se uma redação textual na linha do *estar disponível para «contactos e trocas de informação com os Provedores de outras instituições»*.

9. Quanto a outras matérias não referenciadas explicitamente neste parecer, manifestam os provedores do estudante concordância à sua inclusão, parecendo-nos entretanto conveniente: (1.º) uma clarificação identitária da missão do Provedor do Estudante, (2.º) a salvaguarda geral das condições logísticas, técnicas, administrativas e jurídicas adequadas para um serviço de qualidade e (3.º) uma sequência de exposição mais metódica do constante na proposta de alteração ao art.º 25.º do RJES sobre o enquadramento do órgão institucional do Provedor do Estudante.

FIM